

**RETIFICAÇÃO DA ATA**  
**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**DO CONCIDADES**  
**DIA 29/11/2005**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES  
CONCIDADES  
REALIZADA NO DIA 29/11/2005.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e cinco, às dez horas, na sala 06 do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, situado no SDC - Setor de Divulgação Cultural - Eixo Monumental, lote 05, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) sob a presidência do Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo que substituiu o Presidente do Conselho, o Excelentíssimo Ministro Marcio Fortes de Almeida, com a presença de 45 Conselheiros titulares e 4 Observadores, conforme **Anexo I**, representados por 6 do Poder Público Federal, 2 do Poder Público Estadual, 4 do Poder Público Municipal, 16 de Entidades dos Movimentos Populares, 5 de Entidades Empresariais, 7 de Entidades de Trabalhadores, 3 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 2 de Entidades Não-Governamentais. O Presidente Substituto saudou a todos os presentes afirmando que tem acompanhado o andamento do Conselho e a realização da 2ª Conferência Nacional das Cidades. Finalizou desejando êxito na reunião em nome do Presidente Lula e do Ministro das Cidades e pediu esforços das entidades para que o consenso sobre a nova composição do ConCidades seja alcançado. O Presidente Substituto passou a coordenação dos trabalhos para o Sr. Elcione Diniz Macedo, que após verificado o quórum, abriu a reunião com o objetivo de apreciar a seguinte **pauta**: 1. Regulamento da 2ª Conferência Nacional das Cidades; 2. Informes gerais da Conferência; 3. Nova Composição do Conselho das Cidades. O Coordenador solicitou à Sra. Grazia de Grazia da Secretaria Executiva do ConCidades para explanar sobre o primeiro ponto da pauta. **1. Regulamento da II Conferência Nacional das Cidades.** A Sra. Grazia explicou que alguns pontos do regulamento aprovado na última reunião do ConCidades ficaram omissos e que o Plenário precisaria fazer ajustes. Ela citou, uma a uma, as alterações propostas pela Secretaria Executiva e após o debate dos conselheiros (as) foram aprovadas as alterações por unanimidade. A proposta aprovada teria que ser encaminhada para aprovação final na abertura da 2ª Conferência Nacional das Cidades. **2. Informes Gerais da Conferência Nacional das Cidades.** A Sra. Grazia explicou sobre a programação da mesma, especificando sobre o funcionamento dos grupos de trabalho, painéis sobre as quatro temáticas, composições das mesas, da sala de coordenação e credenciamento; disponibilização de equipamentos de informática para portadores de deficiência e mobilidade reduzida; e ainda sobre o papel da Coordenação Executiva, dos Facilitadores, Sistematizadores, e relatores. O Coordenador encaminhou o próximo ponto de pauta - **3. Nova Composição do Conselho das Cidades** - convidou à mesa a Secretária Nacional de Programas Urbanos Raquel Rolnik e abriu a palavra ao plenário para apresentação e apreciação das propostas de nova composição do ConCidades. A Sra. Evaniza da SNPU enunciou que nenhuma das propostas oriundas das conferências estaduais contemplou uma sugestão de nova composição de forma fechada. O Sr. Luiz Cláudio Romanelli do Governo do Paraná não apresentou a proposta inicial do segmento para apoiar a proposta apresentada pelo Sr. Ubiratan Ubiratan Félix da Fisenge que contemplou a demanda de ampliar a participação do segmento Poder Público Estadual no ConCidades. A proposta em questão mantinha a proporcionalidade e a estrutura dos segmentos, porém, suprime os suplentes e observadores, compensando com o aumento do número dos titulares. A composição seria: 26,67% para o Movimento Popular ( com 24 vagas ); 4,4% para as Ongs ( com 4 vagas ); 10% para os Trabalhadores ( com 9 vagas ); 10% para os Empresários ( com 9 vagas ); 5,5 % para Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa ( com 5 vagas ); 1,1% para

Conselhos Federais ( com 1 vaga ); e 42,2% para as 3 esferas de Governo ( com um total de 38 vagas ), sendo 14 vagas para o Poder Público Federal, 14 vagas para o Poder Público Estadual e 10 vagas para o Poder Público Municipal. O Coordenador apresentou uma proposta do governo para a representação do Poder Público Estadual organizada através de Entidades Nacionais representativas de Secretários de Estado, já que somente os Estados não são representados por entidades no Conselho Nacional. Seriam convidados: o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), os Fóruns Nacionais de Secretários: de Habitação, de Saneamento, de Saúde, de Meio Ambiente, entre outros. A Secretária Nacional de Programas Urbanos, Sra. Raquel Rolnik, propôs a permanência do Conselho Nacional com 71 membros. a proposta foi de se antecipar um pouco o processo para utilizar essa reunião do conselho para articular a eleição das entidades que comporão este conselho. Completando a proposta do Coordenador sugeriu a criação do Fórum dos Conselhos Estaduais com a perspectiva de organizar e formular o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O referido fórum teria uma vaga no Plenário do ConCidades. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR fez dois questionamentos sobre a criação desse Fórum; perguntou se não seria concorrente ao próprio ConCidades, e como seria a sua composição. O Sr. Benedito Barbosa da CMP diz que o FNRU tende à manutenção da composição atual, e que a proposta do Governo não atende à demanda de maior participação dos Estados. A Sra. Glenda Barbosa da ASSEMAE não concordou com a ampliação da participação dos Estados nem com um Fórum paralelo, que segundo ela concorreria com o ConCidades e, finalizou sugerindo a manutenção da estrutura atual. O Sr. Wander Geraldo, da CONAM sugeriu a manutenção dos 71 membros para que se concentre a discussão no amadurecimento do Conselho e da Conferência. O representante Luiz Herllain da CMP, justifica a manutenção da estrutura atual para consolidar o trabalho do Conselho e para dar tempo de maturação ao mesmo. O Sr. Edson Aparecido da FNU acredita que a participação dos Estados deva estar focada nos Fóruns de Secretários Estaduais já existentes e nos Conselhos Estaduais. A Sra. Raquel Rolnik explica que a sugestão dada objetiva que toda a representação do Conselho deveria se dar por meio de entidades organizadas nacionalmente, inclusive estados e municípios. Discorreu ainda que a idéia de um Fórum viria dialogar com o futuro Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Seria composto por dois representantes de cada conselho estadual (1 membro do governo estadual e 1 da sociedade civil), e que a atribuição desse fórum seria suprir a necessidade de capilarização das decisões do ConCidades para com os Municípios e Estados, porém a instância de formulação das políticas continuaria sendo o Conselho Nacional. O Sr. Ubiratan Félix da Fisenge discorreu sobre o posicionamento a respeito do Fórum de Conselhos Estaduais, que, segundo ele, pode se tornar mais forte que o próprio ConCidades. O Vereador Raul Carrion da UVB concluiu que os 26 estados e Distrito Federal não estão mal representados no ConCidades. O Sr. Saulo Manoel da UNMP disse que o conselho com 71 membros foi um ajuste, longe do ideal e afirma que a proposta do Ubiratan da Fisenge é a mais sensata e que não fugiria ao princípio de se construir o Sistema. Donizete Oliveira da UNMP afirmou que o papel do conselho é o de articular a participação dos Entes Federados e conclamou esforços para que o Conselho levasse ao Plenário da Conferência uma proposta consensuada objetivando o fortalecimento do mesmo. O Sr. Nabil Bonduki da ANPUR, discorreu sobre a necessidade de luta pelo reconhecimento do ConCidades. Propôs a manutenção da estrutura atual de 71 membros, sendo que as 6 vagas estaduais seriam para entidades nacionais representativas do Poder Público Estadual e, além disso, o Estado só participaria se tivesse Conselho Estadual das Cidades, podendo-se chegar a 98 membros titulares, porém exercendo maior rigor com a participação dos suplentes. O Secretário Estadual de Minas, Sr. Manoel da Silva, defendeu que se deveria fortalecer as Secretarias Estaduais correlatas e induzir a criação dos Conselhos Estaduais. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo de Oliveira, defende a composição atual de 71 e com 6 vagas para representação do Poder Público Estadual. O Sr. Ubiratan Félix da Fisenge apresenta nova sugestão na qual

a suplência no ConCidades estaria dissociada da cadeira do titular, ampliando assim as possibilidades de representação das entidades nacionais. O Coordenador expressou que haveria de se costurar um acordo na esfera federal e propôs que a reunião continuasse no dia seguinte após análise e debate das propostas por cada segmento. O conselheiro Orlando Júnior da FASE concordou que a discussão merecia um aprofundamento a fim de que os conselheiros tivessem segurança para votar uma proposta. Ele disse ainda que o Governo Federal estaria intransigente e inflexível na questão da nova composição, dificultando atingir um consenso, e que caso seja acordada a manutenção do Conselho da forma atual há de se ter um compromisso de rediscutir a matéria tendo em vista a Lei que completará a institucionalização do Conselho Nacional das Cidades. O Secretário Estadual de Minas Gerais, o Sr. Manoel da Silva, expressou que a proposta de manutenção dos 71 membros não satisfaz o segmento, mas, se estiverem todos de acordo, sugeriu que 5 das 10 vagas do segmento Poder Público Municipal fossem designadas para as Regiões Metropolitanas legitimadas. A reunião é finalizada pelo Coordenador que encaminha novo encontro para o dia seguinte. Aos trinta dias de novembro de dois mil e cinco, às treze horas, na sala 06 do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, situado no SDC - Setor de Divulgação Cultural - Eixo Monumental, lote 05, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a continuação da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades (ConCidades) sob a presidência do Exmo. Ministro Marcio Fortes de Almeida que saudou todos os presentes, compôs a mesa e iniciou a reunião tendo como pauta a definição por parte do Conselho das Cidades sobre a composição da nova gestão. Para consensuar uma proposta de 2º mandato para o ConCidades, o Presidente faz a seguinte proposta: 16 vagas para o Poder Público Federal; 9 vagas para o Poder Público Estadual; 12 vagas para o Poder Público Municipal; 23 vagas para o Movimentos Sociais e Populares; 8 vagas para as Entidades Empresariais; 8 vagas para as Entidades Sindicais; 6 vagas para as Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; e 4 vagas para as ONGs. O Sr. Nabil Bonduk da ANPUR acrescenta à proposta 9 Observadores, com direito à voz, indicados pelos Governos Estaduais, definidos em ato do Ministro de Estado das Cidades, condicionando-se o direito de participar à existência de Conselho Estadual das Cidades na respectiva Unidade da Federação. Aprovada por consenso a proposta de nova composição do ConCidades, seria submetida ao plenário da Conferência. O Presidente finaliza a reunião extraordinária do Conselho convidando os presentes para a abertura da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente